



Memórias orais na luta pela democracia: o papel dos documentários na preservação de experiências de resistência à ditadura militar no Paraná¹

Maria Victória Klosiński²
Sérgio Luiz Gadini³

RESUMO

O texto analisa as lutas e resistências da ditadura militar brasileira (1964-1985), com foco no Paraná e destaque à importância do registro das memórias, narrativas e testemunhos dos sujeitos que participaram ativamente no processo e enfrentaram a repressão, mobilizando-se pela retomada do estado democrático de direito no Brasil. Por meio da análise de três materiais que versam sobre as iniciativas regionais de resistência ao regime militar no Paraná: o livro *Vozes da Resistência: Memórias da luta contra a ditadura militar no Paraná (2024)* e a palestra *Memórias da resistência à ditadura no Paraná*, ambos organizados pelo jornalista Aluizio Palmar; e o documentário *40 anos do movimento Diretas Já em Ponta Grossa*, produzido pela Agência de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Diante das atuais tentativas de minimizar, silenciar ou mesmo negar as ações repressivas da ditadura, a pesquisa tematiza o uso de testemunhos orais e documentários como ferramentas de memória. Ao resgatar as experiências, o estudo propõe que a difusão de narrativas sobre as lutas e resistências no período autoritário colabore para a preservação das memórias e para a formação de uma consciência coletiva sobre o período.

Palavras-chave: Ditadura militar. Memória oral. Documentários. Resistência ao regime autoritário no Paraná.

Oral Memories in the struggle for democracy: the role of documentaries in preserving experiences of resistance to the brazilian military dictatorship in Paraná

ABSTRACT

The text analyzes the struggles and resistances during the Brazilian military dictatorship (1964-1985), focusing on the state of Paraná and highlighting the importance of recording the memories, narratives, and testimonies of those who actively participated in the process and faced repression, mobilizing for the restoration of the democratic rule of law in Brazil. The research examines three materials addressing regional initiatives of resistance to the military regime in Paraná: the book *Vozes da Resistência: Memórias da luta contra a ditadura militar no Paraná*

¹ Pesquisa centrada nas atividades realizadas no evento multidisciplinar *V Ciclo Descomemorar Golpes*, organizado pelo programa de Extensão Agência de Jornalismo e programas de pós-graduação (História, Jornalismo, Educação, Linguagem) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

² Graduada em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Graduada em Relações Internacionais e Ciência Política pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER), atuou como bolsista no projeto de extensão *Estratégias Didáticas para combater a Desinformação no Paraná/USF*, no qual desenvolveu estudos na presente pesquisa. Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/2132993510720389. E-mail: kllosiensi@gmail.com.

³ Jornalista e professor, possui graduação em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), professor associado concursado da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/9044444137354518. E-mail: slgadini@uepg.br.



(2024) and the lecture *Memórias da resistência à ditadura no Paraná*, both organized by journalist Aluizio Palmar; and the documentary *40 anos do movimento Diretas Já em Ponta Grossa*, produced by the Journalism Agency of the State University of Ponta Grossa. In light of current attempts to minimize, silence, or even deny the repressive actions of the dictatorship, the research explores the use of oral testimonies and documentaries as tools of memory. By recovering these experiences, the study proposes that the dissemination of narratives about the struggles and resistance during the authoritarian period contributes to the preservation of memories and the formation of a collective consciousness about the period.

Keywords: Brazilian military dictatorship. Oral memory. Documentaries. Resistance to the authoritarian regime in Paraná.

Texto dedicado às incansáveis batalhas do jornalista Aluizio Palmar em defesa da memória e da justiça social: “Há homens que lutam um dia e são bons, há outros que lutam um ano e são melhores, há os que lutam muitos anos e são muito bons. Mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis” (Bertolt Brecht).

1 INTRODUÇÃO

O golpe militar efetivado contra o governo popular do presidente João Goulart (PTB) em 31 de março de 1964 inaugurou um período turbulento na história política brasileira. Caracterizada pelo centralismo e autoritarismo, a ditadura militar brasileira foi resultado de um fenômeno de contenção de governos “comunistas”, apoiado direta ou indiretamente pelos Estados Unidos, que se expandiram, principalmente, pela América Latina.

A tomada do poder pelos militares, “em nome da democracia”, logo avançou para um aparelho repressivo marcado por práticas que violavam os direitos humanos. Torturas, assassinatos, desaparecimentos, perseguições, entre tantas outras, a máquina repressiva do Estado operava a todo vapor. Havia, ainda, na esfera cultural, o controle dos espaços ou meios de expressão e das artes, utilizando a censura como ferramenta para barrar as manifestações artísticas que se mobilizavam para demonstrar o descontentamento social com o governo.

Em resposta às ações repressivas da ditadura, trabalhadores, estudantes, professores e intelectuais organizaram-se em sindicatos, movimentos e partidos, formando instrumentos de oposição ao regime militar e suas violências. Atuando como agentes sociais, esses sujeitos contribuíram fortemente na luta pela retomada do estado democrático de direito. O presente trabalho foca em alguns sujeitos que, encarados como inimigos da ordem política e social, lutaram em defesa da democracia e dos direitos humanos durante a ditadura, especialmente no estado do Paraná. A principal referência, aqui, é a coletânea *Vozes da Resistência: Memórias da*



luta contra a ditadura militar no Paraná, lançado em agosto de 2024, a partir de uma iniciativa do jornalista e escritor, Aluizio Palmar, que reúne relatos, depoimentos e experiências de alguns dos atores que ousaram a ditadura.

LaCapra (2023, p. 134) lembra que “sobre aquilo que não se pode falar, não se pode calar”. Vê-se, assim, a necessidade de tratar as violências e os silenciamentos da ditadura militar. Na atualidade, na qual a magnitude dessas ações repressivas é questionada e até mesmo negada, é essencial lançar à luz memórias e narrativas sobre o período autoritário. A partir do debate historiográfico do início do século XX, considera-se a memória como fundamental no processo de formação de identidade e suas representações. Assim, a difusão de narrativas sobre o período, sob a perspectiva das lutas e resistências, coopera para a preservação das experiências e práticas de resistência construídas.

Este estudo passeia pelas resistências à ditadura militar brasileira, buscando resgatar memórias, histórias e traumas. Em razão dos 60 anos do golpe militar no Brasil, foram realizadas, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, diversas atividades ao *V Ciclo Descomemorar Golpes*, dentre elas, um depoimento em forma de palestra com Aluizio Palmar: “Memórias da resistência à ditadura no Paraná⁴”, e a produção do documentário *40 anos do movimento Diretas Já em Ponta Grossa*⁵, que são objetos do presente estudo. A pesquisa propõe-se, assim, a refletir sobre o uso de documentários e testemunhos orais como dispositivos da memória, que colaboram para o debate acerca da identidade, dos traumas e dos significados.

2 RESISTÊNCIAS E LUTAS PELA DEMOCRACIA NO PARANÁ

É extensa a produção de materiais que abordam a experiência da ditadura militar brasileira. Esses trabalhos nos auxiliam a compreender o mosaico do período de maneira multifacetada. São artigos, livros, produções audiovisuais e projetos pedagógicos que exploram diversas dimensões do regime militar. Na grande maioria dessas produções, é possível encontrar

⁴ AGÊNCIA DE JORNALISMO UEPG. Memórias da resistência à ditadura no Paraná. Youtube, 25 de março de 2024. 43min44s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0uHaUBeUC58&t=1s&ab_channel=AgenciaDeJornalismoUEPG. Acesso em: 2 dez de 2024.

⁵ AGÊNCIA DE JORNALISMO UEPG. 40 anos do movimento Diretas Já em PG. Youtube, 2 de agosto de 2024. 22min8s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0uHaUBeUC58&t=1s&ab_channel=AgenciaDeJornalismoUEPG. Acesso em: 2 dez de 2024.



registros a respeito da máquina repressiva do Estado, que trabalhava diretamente para conter as manifestações de opositores. Oposições, estas, que existiram - e, resistiram - durante todo o período. Ansara (2005, p. 172) avalia que

[...] ao longo de toda a ditadura não faltaram as manifestações de resistência ao regime militar. A prova maior disso foi o próprio número de presos políticos, mortos e desaparecidos políticos naquele período e a perseguição que sofreram muitos militantes de movimentos sociais, sindicais, visto que a qualquer ação considerada suspeita o governo respondia com a violência, a perseguição e a morte. [...]

Na década de 1960, ocorriam, em várias partes do mundo, mudanças políticas, sociais e culturais. A guerra do Vietnã, a disputa hegemônica entre Estados Unidos e URSS, a Revolução Cubana (1959), a Primavera de Praga, as greves e protestos estudantis de Maio de 1968 na França, são exemplos da efervescência dos movimentos sociais e políticos, de “uma época caracterizada pela ocorrência de grandes transformações” (Perin, 2024, p. 439).

No âmbito nacional, houve inúmeros movimentos que demonstravam insatisfação popular com a postura autoritária e repressiva do governo. Destaca-se, aqui, a atuação dos movimentos estudantis, sindicais, partidários e comunitários, que, com fôlego, lutaram contra o terror. Manfio (2024, p. 30) destaca que “a ditadura se impôs, mas não conseguiu evitar novo despertar da consciência crítica nas massas de oprimidos que enfrentavam o poder dos coronéis”.

O estudo limita-se, contudo, em apontar algumas iniciativas de articulações de resistência no Estado do Paraná, embora o fenômeno tenha se alastrado nacionalmente. O livro *Vozes da Resistência: Memórias da luta contra a ditadura militar no Paraná* (2024) reúne relatos de 60 ativistas que atuaram na resistência à ditadura no estado. De leste a oeste, de norte a sul, é possível observar ações em defesa da democracia e dos direitos de liberdade e expressão efetivamente realizadas no Paraná.

Em 1964, ano de consumação do golpe militar, o governador do Paraná era Ney Braga (eleito pelo PDC, depois também alinhado com a Arena), que, de acordo com Dutra (2004, p. 205), aderiu totalmente ao movimento pelo golpe militar. O autor registra também que na época, os movimentos estudantis e sindicais que existiam no Paraná eram ativos e agitados, reforçando que estes, até o dia 31 de março, “[...] tinham toda liberdade de ação e de opinião” (p. 203).

Chaves (2019) avalia que a maioria dos movimentos surgiu dentro das universidades, enfatizando a atuação da Universidade Federal do Paraná, com sede em Curitiba.

Os tempos eram difíceis naquela época, a ditadura militar estava se consolidando e o medo e a desconfiança já se haviam instalado na sociedade. É verdade que a esperança aumentava dia a dia, especialmente entre os jovens estudantes que acreditavam poder



com as próprias mãos traçar os caminhos da liberdade. Era fácil organizar grupos de estudos políticos, promover reuniões e arremeter estudantes para as organizações socialistas (Souza, 2024, p. 56).

O movimento estudantil paranaense atingiu seu auge em 1968, seguindo as rédeas de um fenômeno que acontecia globalmente. Um episódio que é lembrado por muitos dos ativistas que compõem o mosaico das resistências, foi o assassinato do estudante Edson Luiz, pelos órgãos da repressão, no restaurante universitário “Calabouço”, no Rio de Janeiro. A União Nacional dos Estudantes (UNE), órgão de representação dos estudantes, já atuava na clandestinidade desde 1964, tendo, inclusive, a sede invadida e incendiada, no primeiro dia do regime militar brasileiro (Chaves, 2019).

Em nível regional, a União Paranaense dos Estudantes (UPE), entidade que representava os estudantes do Paraná, também teve a sede invadida no mesmo ano. A UPE organizou e mobilizou os estudantes contra a ditadura. Martins (2024, p. 110), escreve:

A entidade se mostrou muito ativa na resistência à ditadura e entre a comunidade acadêmica. Nessa época [1967] foi lançado o documento denominado “Comunicado ao Povo” [...] Para a justiça militar esse manifesto foi interpretado como uma “pressão psicológica antagônica, visando a influenciar ou provar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de animosidade entre a classe estudantil e as Forças Armadas [...], comprometendo a segurança interna”.

Em oposição ao rigor e às perseguições da ditadura, as entidades estudantis resistiam, como escreve Fortes (2024, p. 97):

À medida que os militares vão endurecendo, nós, estudantes paranaenses, vamos ficando mais participativos, mais ativos e vamos aprendendo no dia a dia a nos defender das perseguições. Nas faculdades, de modo geral, o movimento estudantil é intenso. UNE, UPE, e o DCE, com brilhantes e extremamente atuantes estudantes nas direções, levam muitas pessoas para as ruas, nas passeatas e muitos estudantes nas assembleias.

A UPE foi fechada pelo regime militar no fim de 1968 e extinta pelo Ministério Público Federal em 1969 (Martins, 2024, p. 110).

No dia 13 de dezembro de 1968, sob a presidência do general Arthur Costa e Silva, foi instituído o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que fechava o Congresso Nacional e demonstrava claramente “um novo golpe dentro do que já estava em curso desde 1964”. Chegava, assim, um outro instrumento do regime ditatorial que “dotava os militares de poderes ilimitados para a repressão e tortura” (Paupitz, 2024, p. 209).

No livro referencial ao presente texto encontram-se inúmeros relatos dos “interrogatórios”, leia-se sessões de tortura, aos quais os militantes eram submetidos. Aliás, a



repressão da ditadura marcou a vida de incontáveis paranaenses, em diversas cidades e regiões do Estado. Além de Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, o regime destruiu a vida de muitas famílias. É o que revela a pesquisa do professor Guilherme Alves Bomba, que resultou no livro *Apucarana: uma história de lutas e resistências*. Duas das 243 vítimas do regime militar no Paraná eram de Apucarana: os estudantes Antônio dos Três Reis de Oliveira e José Idézio Brianezi, ambos militantes da Ação Libertadora Nacional (ANL), assassinados em 1970, de acordo com documentos da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014, vol. I, p.577).

Assim se seguiram os anos sangrentos, os ‘tempos de chumbo’, da ditadura militar brasileira, silenciando vozes e limitando tanto as liberdades individuais, quanto as coletivas. E, ainda que o AI-5 tivesse acentuado a repressão da ditadura, ativistas e estudantes encontravam meios, de forma clandestina, para discutir maneiras de lutar contra o regime.

Foram anos muito difíceis e de muita perseguição às universidades, colégios, estudantes e professores, mas também de grande resistência da chamada Geração 68. O endurecimento do regime ditatorial não amedrontou os estudantes e trabalhadores, que se organizaram em grupos para discutir ações de resistência (Rocha, 2024, p. 126).

A partir da segunda metade da década de 1970, o regime militar foi se enfraquecendo e sendo ainda mais pressionado pelos movimentos sociais. A preocupação de uma crise econômica aguda, manifestações por direitos humanos e em pedido de Anistia para exilados, e o afastamento dos militares “linha dura” por Geisel, demonstravam que “o fim da ditadura se anunciava no horizonte” (Pires, 2024, p. 314).

Nascida nos movimentos sociais que buscavam resgatar o exercício da cidadania, a campanha Diretas Já abriu caminho para a redemocratização do país. Nos relatos encontrados no documentário *40 anos do movimento Diretas Já em Ponta Grossa*, produzido pelo programa extensionista Agência de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, constatou-se que o primeiro ato pelas Diretas Já no Paraná ocorreu na Câmara Municipal de Ponta Grossa, em 9 de dezembro de 1983, com as manifestações acentuadas no ano seguinte.

Organizados sob orientação do PMDB, os participantes das manifestações municipais em Ponta Grossa descrevem que reuniram vários grupos da sociedade e partidos para trazer o movimento para a cidade. No documentário os convidados narram, ainda, o apoio recebido de entidades e lideranças estaduais.

Em busca de adesões com as comunidades sindicais, políticas e estudantis, os organizadores uniram forças para coordenar atos, panfletagens e reuniões. Vale destacar o êxito destas ações, que culminou no comício realizado no Ginásio Borell Du Vernay, com



aproximadamente 3 mil pessoas presentes, sendo veiculada pelos principais veículos midiáticos de Ponta Grossa.

No sentido do legado da campanha Diretas Já para a democracia, os participantes relatam que, por meio da organização política do movimento, foram retomadas greves em nível municipal, extintas pela ditadura militar. A retomada da organização política nesse período simbolizou a resistência contra os resquícios autoritários da ditadura e reafirmou a capacidade da sociedade civil de lutar por transformações significativas no cenário político nacional.

A volta da democracia só ocorre, de fato, por meio de eleições diretas, em 1989. Em 1988 foi convocada a Assembleia Nacional Constituinte, que promulgou uma nova Constituição Federal, “a primeira verdadeiramente democrática da história do Brasil, fruto de um amplo debate político com a sociedade civil” (Pires, 2024, p. 315).

3 MEMÓRIA, IDENTIDADE E TRAUMA

A história social e a história cultural surgem no contexto dos debates historiográficos do século XX, na tentativa de se reconhecer outros meios de se “fazer história”. Até então, a historiografia voltava sua atenção para as fontes arquivísticas primárias. Com o surgimento e desenvolvimento de novas abordagens, a memória passou a ser relacionada com a história, sendo vista como processo ativo e complementar da história escrita (LaCapra, 2023). A partir de tal reordenamento conceitual e ideológico, a subjetividade e os sujeitos normais são trazidos à luz da história - e da memória.

Ao adentrar nos estudos da memória, encontram-se, rapidamente, os trabalhos de Maurice Halbwachs (1990), que elaborou ideias sobre a coletividade da memória. Para o autor, a memória é construída socialmente, moldada e influenciada pelos contextos e pelas relações que os indivíduos estabelecem com seus grupos. Assim, o caráter social e construtivo da memória é sustentado por estruturas coletivas. De acordo com Ansara (2005, p. 31), “as pessoas são produtos da história, da cultura e da sociedade, sendo que suas opiniões, valores, visões, significados e práticas são apreendidos ou adquiridos através dos outros”. E, assim, segue a autora, “os grupos aos quais as pessoas pertencem têm, portanto, um profundo impacto sobre a identidade dos indivíduos”.

O aspecto coletivo da memória, por sua vez, atribui à memória uma função na identidade. O sociólogo Michel Pollak (1989, p. 5) põe a memória como um “elemento



constituente do sentimento de identidade”, pois os grupos (coletivos e sociais) destacam os vínculos identificatórios, que se relacionam com aquilo que compartilhamos com outras pessoas.

De acordo com o autor,

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (Pollak, 1989, p. 5).

Ao tratar da memória coletiva daqueles que resistiram à ditadura militar, reconhecemos que os sujeitos, ao integrarem a mesma configuração social de luta e resistência, têm suas identidades lapidadas e estabelecidas pela memória política. Ansara (2005, p. 41) realiza um trabalho na mesma perspectiva, no qual entrevista sindicalistas, estudantes e ativistas para analisar a memória coletiva da repressão durante a ditadura militar. A autora ressalta que “não dá para separar a construção de uma memória política, dos grupos e movimentos sociais, pois entendemos que as construções do passado são sustentadas por estruturas coletivas”.

Um ponto de convergência entre os sujeitos que resistiram à ditadura é o trauma. Para isso, resgatamos a frase de LaCapra (2023, p. 160): “a memória, incluindo a traumática, tem papel crucial na formação de identidades individuais e coletivas”. A memória política destes indivíduos, de caráter coletivo definido pela participação na resistência, indica o vínculo identitário encontrado entre esses sujeitos que, unidos, embarcam na luta contra o esquecimento.

Logo, o conjunto de relatos de resistência à ditadura reunidos no livro *Vozes da Resistência: Memórias da luta contra a ditadura militar no Paraná*, de Aluizio Palmar, permite que se acesse espaços deslembados da memória. Adiante da luta contra o esquecimento, os testemunhos presentes no livro nos localizam nos escrúpulos da ditadura, adentrando os porões mais profundos do trauma. Os traumas vividos pelos ativistas e militantes que lutaram contra a ditadura militar formam parte da identidade e da experiência desses indivíduos. Abreu (2024, p. 188) avalia que, mesmo após a redemocratização, a resistência à ditadura lidaria com outras demandas:

Compreendi com o tempo que uma nova etapa de lutas estava começando naquele momento e nela era preciso que todos aqueles e aquelas que até então não puderam participar da luta contra o Estado terrorista brasileiro, vigente entre 1964 e 1985, deveriam se aliar aos lutadores e lutadoras para uma nova modalidade de luta, da resistência pós-ditadura, aquela que teria que lidar com seus efeitos deletérios, como a



desmemória, contra a tentativa recorrente de apagamento do que foi a luta de classes durante aquele período em que se aprofundou assustadoramente a desigualdade social no Brasil, como efeito da captura do Estado por um consórcio constituído por setores do empresariado nacional associado ao capital estrangeiro e às Forças Armadas.

Uma das formas de lutar contra o trauma e contra o esquecimento, visto que, “o trauma não deve ser disfarçado e nem negado” (LaCapra, 2023, p. 136), é o uso dos testemunhos. Sobre os testemunhos, o autor escreve:

Ao lado de seu possível valor como evidência, dar testemunho pode, por si, ser crucial para perlaborar o trauma e seus sintomas, e às vezes uma das razões para sobreviver é o desejo de contar a própria história. O testemunho também evidencia de forma aguda o papel da memória, pois é tipicamente ela que permite às testemunhas o acesso à sua experiência dos eventos [...] (LaCrapa, 2023, p. 144)

Na perspectiva da história oral, os testemunhos revelam a memória dos oprimidos através de narrativas individuais e coletivas, que podem ser encontradas, por exemplo, no documentário *40 anos do movimento Diretas Já em PG*, produzido pela Agência de Jornalismo UEPG durante a realização do evento *V Ciclo Descomemorar Golpes*, que convida atores que participaram diretamente da campanha no município de Ponta Grossa e demonstra como as experiências vividas pelos participantes do movimento Diretas Já se conectam à reconstrução da memória coletiva, transformando traumas do passado em fontes de aprendizado e mobilização.

O tratamento do trauma através de testemunhos é uma forma de trabalhar o trauma e de dar sentido às experiências vividas. Considerando o que Sarlo (2007) chama de “guinada subjetiva”, momento em que a historiografia passa a conceituar os sujeitos normais e suas subjetividades, os testemunhos se manifestam contra o jeito clássico de se “fazer história”, por meio da análise de documentos oficiais, e repensa a história a partir da narrativa dos oprimidos. E aí que surge uma questão que ronda a historiografia: os documentos contam a história de quem? LaCapra (2023, 150) destaca que

Os próprios arquivos, em vez de serem vistos como base sólida da certeza em história ou mesmo como a fonte invariavelmente mais confiável de evidência documental, podem talvez ser entendidos mais criticamente como um sistema de inscrição cujos conteúdos e processos podem, em extensão maior ou menor, ser retrabalhados por forças, entre elas forças afetivas e ideológicas.

Muitas vezes, ao seguir os passos da historiografia convencional, que demonstra apreço pelos documentos e arquivos oficiais, reduz-se a presença dos oprimidos a mera violência (Hartman, 2020). A história oral e os testemunhos atuam como dispositivos da memória desses oprimidos, pois, a partir desses métodos, são construídas e evidenciadas novas narrativas. No



contexto da ditadura militar brasileira, vemos como impossível desvincular a memória dos ativistas e militantes da repressão e da violência. No entanto, limitar tais experiências apenas à violência é ignorar a complexidade da resistência e da luta por liberdade. A história oral e os testemunhos oferecem uma visão mais ampla e profunda, trazendo à tona as histórias de coragem, solidariedade e persistência que marcaram a trajetória desses sujeitos.

4 USOS PÚBLICOS DO TESTEMUNHO: O DOCUMENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE REGISTRO

Ao dialogar com situações do tempo presente, tem-se aqui uma forma de registrar, por meio de documentários, as memórias de indivíduos que apostaram em lutas democráticas contra a ditadura. O recurso reúne testemunhos, imagens, sons e narrativas, transmitindo não apenas os fatos, mas também as emoções, os gestos e os silêncios que, muitas vezes, carregam significados profundos. Através desses recursos audiovisuais, a história e a memória da resistência (aqui, como instituição) são destacadas no processo de formação da identidade, como aponta LaCapra (2023, p. 160): “[...] vale enfatizar, que a memória, incluindo a traumática, tem papel crucial na formação de identidades individuais e coletivas”.

O depoimento em forma de palestra com Aluizio Palmar: “Memórias da resistência à ditadura no Paraná”, realizado no dia 18 de março de 2024, exemplifica a importância de se falar sobre o indizível. Palmar destacou a importância da resistência à ditadura militar no Paraná, mencionando sua própria atuação no oeste do estado, e enfatizou o cerceamento das liberdades dos movimentos estudantis, dizendo que “qualquer forma de expressão, de insurgência, era considerado, naquele momento que o Brasil vivia, como um ato subversivo” (20’40’’).

É nesta perspectiva que se situa o documentário *40 anos do movimento Diretas Já em PG*, produzido pela Agência de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que traz atores do município que participaram ativamente na campanha pelas eleições diretas. Os testemunhos apresentados na peça demonstram a mobilização da sociedade civil na luta pela retomada das eleições diretas após anos de ditadura. Os entrevistados compartilham experiências pessoais e coletivas, ressaltando a importância do movimento na conscientização política da população local, considerando que Ponta Grossa é tida como uma cidade conservadora. O documentário oferece uma perspectiva histórica sobre a participação de Ponta Grossa no



movimento Diretas Já, contribuindo para preservar a memória coletiva e para compreender o legado democrático construído.

E qual a importância dos depoimentos de atores que participaram diretamente de lutas sociais contra a ditadura na produção de um documentário? Em primeiro lugar, trata-se de uma forma simples e direta de assegurar o registro da versão da história dos próprios sujeitos que construíram as lutas pela resistência ao regime. A validade, pois, de tais falas assegura uma força narrativa que garante legitimidade às narrativas e, assim, também possibilita a construção de histórias a partir da memória das próprias personagens.

Tomaim (2019) argumenta que os testemunhos reunidos nos documentários não apenas preservam, mas também ressignificam essas experiências, especialmente porque ultrapassa a mera reprodução de fatos históricos para se tornar um instrumento de interpretação e sensibilização. Portanto, o uso público desses testemunhos demonstra não apenas um ato de registro, mas uma afirmação de resistência, que transforma o documentário em um espaço onde a memória coletiva é continuamente reconstruída e ressignificada.

No caso do Paraná, se considerar a existência ainda modesta de registros - seja em forma de livros, produtos jornalísticos, fotográficos, documentários em áudio ou audiovisual- coloca aos autores de tais iniciativas documentais um compromisso em vários aspectos: a) criar condições para dar voz aos sujeitos da história de resistências aos regimes autoritários; b) assegurar o acesso ao conhecimento de desrespeitos aos direitos humanos e à vida por parte de agentes do estado, sob aval de governos ditatoriais; c) levar tais situações de desmandos e práticas de violência ao amplo conhecimento público; e, por fim, d) também organizar tais relatos em produtos editoriais que possibilitem usar a memória histórica para que tais ações autoritárias não voltem a se repetir.

É, assim, pelo compromisso em com a memória de sujeitos que apostaram em lutas coletivas em defesa da democracia e dos direitos humanos que iniciativas documentais exercem um papel fundamental no que se compreende como “descomemorar golpes e práticas de violência” para que nunca mais se repitam. Sem tais produtos documentais, por certo, ficaria mais difícil rediscutir os incontáveis desrespeitos que fizeram milhares de vítimas da ditadura militar no Brasil.

Tanto a palestra/depoimento de Aluizio Palmar e o documentário sobre as Diretas Já realizados como atividades do *V Ciclo Descomemorar Golpes* na Universidade de Ponta Grossa,



operam como uma mediação entre o presente e o passado, oferecendo uma interpretação sensível das memórias pessoais e coletivas de tais sujeitos.

A referência aos trabalhos do jornalista Aluizio Palmar, neste breve texto, caracteriza também uma forma de solidariedade à dedicação do cidadão, natural do Rio de Janeiro que escolheu a tríplice fronteira para viver e construir uma família sem abrir mão de lutas coletivas. Aliás, é oportuno situar que boa parte dos documentos que remetem às iniciativas de resistência política ao regime militar no Paraná possuem a participação e, na maioria dos casos, também o protagonismo de Aluizio Palmar, que habitualmente homenageia a memória de ex-companheiros de luta vítimas do autoritarismo.

Tais manifestações possuem as mais variadas formas, desde a criação do jornal *Nosso Tempo* (lançado, tão logo o grupo retornou a Foz do Iguaçu, a partir do movimento Anistia, no início dos anos 1980), na fundação do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu (<https://www.cdhmp.com.br>), na pesquisa que resultou no livro autobiográfico *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* lançado em 2004, passa pela criação e manutenção do portal *Documentos Revelados* (<https://documentosrevelados.com.br/>), na recente edição do livro *Vozes da Resistência: Memórias da luta contra a ditadura militar no Paraná* (2024), além de incontáveis palestras, reuniões, aulas públicas e depoimentos, muitos dos quais disponíveis na internet, que não deixam a memória de lutas coletivas contra o autoritarismo silenciar e mantém o Paraná como um dos estados onde ainda se busca manter e questionar os constantes discursos que tentam negar os desmandos do regime militar na história recente do Brasil.

5 CONCLUSÃO

É, enfim, nessa perspectiva que a produção de documentos – seja como livro, ensaios reflexivos, investigações acadêmicas ou edições em áudio e audiovisual – exerce um papel e compromisso com a memória viva e necessária de sujeitos que participaram diretamente de iniciativas de resistência à violência e desrespeitos impostos pelo regime militar no Brasil, entre 1964 e 1985.

O documentário *40 anos do movimento Diretas Já em Ponta Grossa* e o livro *Vozes da Resistência: Memórias da luta contra a ditadura militar no Paraná* (2024) representam dois importantes esforços no resgate dessa memória. Ambas iniciativas reúnem testemunhos de pessoas que, em diferentes momentos e contextos, se opuseram à repressão militar e contribuíram



para a redemocratização do país. No contexto da palestra realizada pela Agência de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa com Aluizio Palmar, importante ativista e defensor da memória histórica das lutas contra a ditadura, destaca a necessidade de dar voz aos sujeitos da história.

Tanto o livro quanto as peças audiovisuais oferecem um testemunho valioso de como a resistência se organizou no Paraná e, mais amplamente, no Brasil. Ao abordar os traumas da repressão, mas também as vitórias e a superação dessas adversidades, tais iniciativas assumem a função de preservar as experiências daqueles que lutaram por liberdade e justiça. Tomaim (2019) sugere que o impacto do documentário está em sua capacidade de construir pontes entre o passado e o presente, desafiando os espectadores a confrontarem não apenas a história, mas também as implicações dessa história no mundo atual.

Documentar tais casos, a partir de depoimentos de vítimas, devidamente contextualizados, é uma forma de expressar solidariedade às lutas de resistência dos sujeitos que dedicaram parte ou a própria vida em defesa da democracia e dos direitos humanos. A análise de Tomaim (2019) reforça que o documentário não deve ser tratado como uma simples reprodução do real, mas como um constructo simbólico que dá forma e significado às memórias. Trata-se, pois, de um compromisso intelectual que não se resume à função de documentarista, historiador ou jornalista, mas pode e deve ser extensivo aos mais diversos espaços de atuação profissional como forma de manter viva a memória coletiva das lutas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, José dos Santos de. A liderança da Comissão de Justiça e Paz do Paraná na Resistência Democrática em 1978. In: PALMAR, Aluizio. **Vozes da Resistência: Memórias da luta contra a ditadura militar no Paraná**. Curitiba: Banquinho Publicações, 2024, p. 187-186.

AGÊNCIA DE JORNALISMO. **Memórias da resistência à ditadura no Paraná**. Youtube, 25 de março de 2024. 43min44s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0uHaUBeUC58&t=1s&ab_channel=AgenciaDeJornalismoUEPG. Acesso em: 2 dez de 2024.

AGÊNCIA DE JORNALISMO UEPG. **40 anos do movimento Diretas Já em PG**. Youtube, 2 de agosto de 2024. 22min8s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0uHaUBeUC58&t=1s&ab_channel=AgenciaDeJornalismoUEPG. Acesso em: 2 dez de 2024.



ANSARA, Soraia. **Memória política da Ditadura Militar e repressão no Brasil: uma abordagem psicopolítica**. 2005. 406 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BOMBA, Guilherme Alves. **Apucarana: uma história de lutas e resistências**. Maringá: Editora UEM, 2018.

CHAVES, Samantha Kuller. **Movimentos estudantis no Paraná no contexto da ditadura militar (1964-1985)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, p. 56. 2019.

DOS SANTOS TOMAIM, Cássio. Documentário, história e memória: entre os lugares e as mídias “de memória”. **Significação: revista de cultura audiovisual**, v. 46, n. 51, p. 114-134, 2019.

DUTRA, J. C. A revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná: a visão da caserna. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.22, p. 195-208, 2004.

FORTES, Elisabeth Franco. Memórias de uma estudante. In: PALMAR, Aluizio. **Vozes da Resistência: Memórias da luta contra a ditadura militar no Paraná**. Curitiba: Banquinho Publicações, 2024, p. 97-100.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. **Revista Eco-Pós**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020.

LACAPRA, Dominick. **Compreender outros: povos, animais, passados**. Autêntica Editora, 2023.

MANFIO, Antônio João. A práxis do martírio político: uma estratégia de resistência à ditadura. In: PALMAR, Aluizio. **Vozes da Resistência: Memórias da luta contra a ditadura militar no Paraná**. Curitiba: Banquinho Publicações, 2024, p. 27- 37.

MARTINS, Gerson Zafalon. 60 anos do golpe de 64 - histórias de resistência à ditadura. In: PALMAR, Aluizio. **Vozes da Resistência: Memórias da luta contra a ditadura militar no Paraná**. Curitiba: Banquinho Publicações, 2024, p. 106-114.

PALMAR, Aluizio. **Vozes da Resistência: Memórias da luta contra a ditadura militar no Paraná**. Curitiba: Banquinho Publicações, 2024.

PAUPITZ, Julio. Na construção de um caminho novo - 1968 e o turbilhão de emoções. In: PALMAR, Aluizio. **Vozes da Resistência: Memórias da luta contra a ditadura militar no Paraná**. Curitiba: Banquinho Publicações, 2024, p. 207-212.

PERIN, Zeferino. Geração das Utopias: O ideário da transformação social. In: PALMAR, Aluizio. **Vozes da Resistência: Memórias da luta contra a ditadura militar no Paraná**. Curitiba: Banquinho Publicações, 2024, p. 434-445.



PIRES, Narciso. Fomos resistência e seremos sempre resistência. In: PALMAR, Aluísio. **Vozes da Resistência: Memórias da luta contra a ditadura militar no Paraná**. Curitiba: Banquinho Publicações, 2024, p. 307-318.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

ROCHA, Ivete Maria Caribé. A juventude na ditadura. In: PALMAR, Aluísio. **Vozes da Resistência: Memórias da luta contra a ditadura militar no Paraná**. Curitiba: Banquinho Publicações, 2024, p. 123-132.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Trad. Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 9-44.

Artigo recebido em: 20/09/2024

Artigo aprovado em: 08/12/2024